



# **A extrema direita (re)acende a discussão: o fascismo como fenômeno histórico e o uso público da categoria política de fascismo**

Marco Luppi<sup>1</sup>

Yago Felipe Campelo de Lima<sup>2</sup>

## **RESUMO**

Entre as temáticas que aparecem regularmente no debate científico e no discurso público, o fascismo não deixa de revelar a própria atualidade; várias vezes por meio de colocações que demonstram a falta de conhecimento histórico ou o desejo de influenciar o debate político, com o perigo de deixar espaço para anacronismos conceituais ou construções ideológicas antagônicas, que nada de positivo podem oferecer para a construção de uma sociedade democrática. A experiência totalitária - a partir do exemplo fascista italiano -, parece ainda ecoar e influenciar no século XXI, atuando como um dos mecanismos que podem destruir as possíveis concretizações democráticas. Este artigo quer propor um percurso avaliativo, mas também uma provocação, ou seja, uma contextualização sobre o que foi o fascismo como fenômeno histórico pontual e um aprofundamento sobre o uso, muitas vezes distorcido, da categoria de fascismo, que oferece o risco concreto de polarizar mais que ajudar o desenvolvimento político e democrático.

**Palavras-chave:** Fascismo. Democracia. Debate público. História.

## **La extrema derecha (re)avisa la discusión: el fascismo como fenómeno histórico y el uso público de la categoría política de fascismo**

## **RESUMEN**

Entre los temas que aparecen regularmente en el debate científico y el discurso público, el fascismo no deja de revelar su propia relevancia; varias veces a través de declaraciones que demuestran una falta de conocimiento histórico o un deseo de influir en el debate político, con el peligro de dejar espacio a anacronismos conceptuales o construcciones ideológicas antagónicas, que no pueden ofrecer nada positivo para la construcción de una sociedad democrática. La experiencia totalitaria -basada en el ejemplo fascista italiano- todavía parece hacer eco e influir en el siglo XXI, actuando como uno de los mecanismos que pueden destruir posibles logros democráticos. Este artículo pretende proponer un camino valorativo, pero también una provocación, es decir, una contextualización de lo que fue el fascismo como

<sup>1</sup> Doutor em História Moderna e Contemporânea na Universidade de Cagliari (Itália). Professor de História Contemporânea no Instituto Universitário Sophia, Loppiano (Figline e Incisa Valdarno (FI) - Itália). Pesquisador-membro do Instituto de Estudos Avançados - IEA ASCES UNITA Caruaru (Pernambuco - Brasil). E-mail: luppi marco.77@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4814638544524220>.

<sup>2</sup> Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG-PB. Especialista em Gestão Escolar pelo Instituto Federal do Espírito Santo - IFES. Graduado em Licenciatura Plena em História pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru - FAFICA/PE. Professor da Rede Estadual de Educação de Minas Gerais. E-mail: yagocampelo2018@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5893868418892665>.



fenómeno histórico específico y una mirada en profundidad al uso a menudo distorsionado de la categoría de fascismo, que plantea el riesgo concreto de polarizar en lugar de ayudar al desarrollo político y democrático.

**Palbras clave:** Fascismo. Democracia. Debate público. Historia.

## 1 INTRODUÇÃO

As duas primeiras décadas do século XXI, têm se apresentado para nós, homens e mulheres do mundo contemporâneo, como um complexo quebra-cabeça; instável e incompleto, por vezes. Quebra-cabeça este, cujas contraditórias peças, têm nos convidado a reflexões contínuas, porém, nem sempre objetivas, visto a inconclusão de eventos, fenômenos e ideias em nossos dias e o próprio curso natural da história.

Curso, este, “formado por milhões e milhões de pequenos, minúsculos, atos humanos que nenhuma mente, mesmo a mais potente, jamais esteve em condições de apreender numa visão de conjunto”, em sua totalidade, visto a incompletude de nossa natureza humana (BOBBIO, 2017, p. 34).

Isso nos deixou, e tem nos deixado, na maioria das vezes, com a sensação permanente de que as coisas estão fora do lugar, ou dos lugares que outrora julgávamos e definíamos como seus, exigindo, no momento atual, um comprometimento – ou pelo menos um posicionamento – que possa não ignorar os aprendizados da história, bem como buscar entender o que se “desviou” quanto ao até agora definido como o “curso natural” dos eventos.

O surgimento e ascensão de uma direita radical e extremista tem sido uma das características marcantes do tempo presente. Não há como negar, ou fazer vista grossa a estes acontecimentos. Com a eleição de Donald Trump em 2016, nos Estados Unidos, por exemplo, observamos um experimento autoritário sendo desenvolvido no campo político, que nos anos seguintes ensinaria e encorajaria vários líderes no mundo, ligados à extrema direita, a chegarem ao poder pelas vias denominadas democráticas.

De acordo com o historiador italiano Enzo Traverso, “com a eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos, o surgimento de uma direita nacionalista, populista, racista e xenófoba, tornou-se um fenômeno global” (TRAVERSO 2019, p. 12). Fenômeno este, que não se via nitidamente desde o limiar dos anos 1930.



A partir de 2018, vários países da União Europeia tornaram-se espaço para a experimentação de uma opção de governo conservador e autoritário; sem considerarmos o avanço e protagonismo político da extrema direita em lugares de referência como Alemanha, França, Itália (HEINISCH; MASSETTI; MAZZOLENI 2020) (LORENZ; ANDERS 2021).

Na Alemanha, por exemplo, neonazistas ganham amplitude e dizem-se “reivindicadores” de uma memória “inventada” sobre o holocausto. Uma vez mais, seguem, para usarmos a cabível expressão da filósofa judia Hannah Arendt, *banalizando o mal* (ARENDR, 2003). O período de fragilidade econômica e social após a pandemia de Covid, juntamente com fenômenos epocais como a migração, que continuam influenciando a visão negativa das pessoas sobre seu presente e sua visão do futuro, está produzindo a ascensão avassaladora do partido extremista *Alternative für Deutschland*, fortemente nacionalista e antieuropeu.

Na Itália, a extrema direita, que tinha participado em várias ocasiões da maioria política que apoiou os governos de Berlusconi (1994-2011), após vencer as eleições de outubro de 2022, encontra-se hoje representada na Primeira Ministra, na pessoa de Giorgia Meloni. Com *Fratelli d'Italia*, partido fundado em 2012 e que lidera a nova temporada política, está sendo desenvolvida a tentativa de mudar a imagem cultural de um país que sempre foi definido como culturalmente hegemônico pelo pensamento liberal e progressista. Para uma parte considerável dos adeptos desta extrema direita, o passado, mesmo o passado fascista, contém elementos que devem ser analisados de acordo com outros parâmetros e nem tudo deve ser condenado (BALDONI; GENNACCARI, 2023).

No mesmo 2018 no Brasil, a eleição do presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, apelidado pela imprensa internacional de o “*Trump dos trópicos*”, nos dá o tom dessa escalada autoritária que vai de (re)encontro ao passado autoritário do povo brasileiro. Isto, porque, o “passado não reconhece o seu lugar: está sempre presente”, como afirmou o poeta brasileiro Mário Quintana.

Mais que “tempos líquidos”, como afirmou o sociólogo Zygmunt Bauman, estamos presenciando tempos desafiadores, que exigem uma atitude crítica e uma capacidade de compreensão dos tantos fenômenos que simultânea e contraditoriamente marcam e afetam a atualidade (BAUMAN, 2008).

Estas recentes e atuais experiências históricas, reacenderam entre historiadores/as, sociólogos/as, cientistas políticos/as e filósofos/as uma discussão sobre os totalitarismos e



autoritarismos do passado, e seus ecos no presente, criando uma verdadeira explosão de pesquisas e trabalhos que buscam refletir sobre um assunto fundamental: está de volta o fascismo ou pelo menos uma postura fascista de governo?

A pergunta parece apresentar-se como fundamentada mais no medo que na realidade, na luta ideológica entre culturas políticas que nos riscos concretos de novos golpes de estado. Ao mesmo tempo – e isso não pode ser escondido – a interrogação obedece a um dos deveres que envolvem as sociedades atuais, ou seja, abrir espaços de interlocução e diálogo sobre a qualidade democrática dos vários projetos políticos e das experiências comuns que nos esperam no imediato futuro.

Nesta mesma linha, o presente artigo quer oferecer, partindo da bibliografia recente, alguns esclarecimentos sobre o que foi o fascismo como fenômeno histórico (características e realidades principais, olhares específicos), para depois refletir sobre o uso abusivo do termo/conceito de fascismo como categoria política, que várias vezes pode ser utilizado de forma imprópria e polêmica, com o objetivo de justificar anacronismos desnecessários.

## **2 O FASCISMO HISTÓRICO**

Quando no debate público e nas tentativas de avaliação das novidades políticas que acontecem na extrema direita, se começa a vislumbrar o “fantasma” do fascismo, a ressurgência de um antigo inimigo que pensava-se ter derrotado de uma vez por todas, como historiadores precisamos nos colocar dentro da trajetória histórica que o fenômeno fascista representou na contemporaneidade, até a conclusão do segundo conflito mundial.

Pode-se falar de fascismo histórico, a partir do nascimento na Itália dos Grupos de Combate no dia 23 de março de 1919, com Benito Mussolini como figura principal. Ele chegava da militância no Partido socialista, mas se afastou desta realidade a partir das manifestações em favor do ingresso italiano na primeira guerra mundial (à qual ele mesmo participou entre 1915 - 1917): “Se a guerra me convenceu ainda mais decididamente da necessidade da guerra, a conduta dos soldados da Itália enraizou em minha alma a não menos profunda convicção de nossa vitória. Publico o meu diário para que esta convicção se torne uma espécie de evangelho coletivo dos italianos, escrevo também para que os italianos que não lutam saibam que sua dívida de gratidão para os soldados é grande” (tradução nossa) (MUSSOLINI, 2016, p. 102).



Isso deixa clara a aproximação dele ao movimento nacionalista e às lideranças da intervenção na guerra, como o Movimento literário futurista e o celebre escritor Gabriele D'Annunzio, cantor do super-homem que já estava sendo apresentado a partir da filosofia de Nietzsche<sup>3</sup>.

Mussolini não era a única figura de referência, porque as esquadras paramilitares que participaram, logo depois, das lutas político-sociais exprimiram lideranças importantes nos vários territórios (Farinacci, Grandi, De Vecchi, etc.) e uma personalidade até agora pouco conhecida, Michele Bianchi, foi, de acordo com os estudos de Emilio Gentile, o protagonista central dos primórdios: “fu Bianchi, non Mussolini, a organizzare il nuovo partito milizia, avviandolo alla conquista del potere, e a mostrarsi, nell’ottobre 1922, il più risoluto fautore della marcia su Roma. E fu la risolutezza di Bianchi a spingere un esitante Mussolini a ricattare il re, sotto la minaccia dell’insurrezione squadrista, per ottenere l’incarico di capo del governo” (GENTILE, 2019, p. 102)<sup>4</sup>.

Todo o conjunto se mostrou essencial para construir um consenso ao fascismo como instrumento de defesa contra os projetos revolucionários do partido socialista e do nascente partido comunista, no curso do famoso “*biênio vermelho*”, com as greves nas fábricas e a emulação da Revolução Russa como tentativa de tomada do poder. A ‘Marcha sobre Roma’ dos militantes em camisas pretas nos dias 27-28 de outubro 1922; a chamada do rei Vittorio Emanuel III para nomear Mussolini como Primeiro Ministro no dia 30 de outubro do mesmo ano; a fundação do Partido Nacional Fascista no dia 11 de novembro do 1923, são as primeiras etapas de um governo autoritário que a partir das *Leis fascistíssimas* de 1926 se tornou uma ditadura<sup>5</sup>.

<sup>3</sup> Sobre o começo da atividade política de Mussolini ver DE FELICE, Renzo. **Mussolini il rivoluzionario (1883-1920)**, Torino: Einaudi, 1996; GENTILE, Emilio. **Le origini dell’ideologia fascista (1918-1925)**, Bologna: Il Mulino, 2011; GENTILE, Emilio; DI SCALA, Spencer M. **Mussolini socialista**, Roma-Bari: Laterza, 2015; WOLLER, Hans. **Mussolini. Der erste Faschist**, München: Verlag C.H. Beck oHG, 2016.

<sup>4</sup> “Foi Bianchi, não Mussolini, quem organizou o novo partido-milícia, incitando-o à conquista do poder, e, em outubro de 1922, foi sempre ele o mais resoluto defensor da marcha sobre Roma. E foi a determinação de Bianchi que levou um hesitante Mussolini a chantagear o rei, sob ameaça da insurreição das tropas paramilitares, para assumir o cargo de Chefe do governo” (tradução nossa).

<sup>5</sup> Sobre estas temáticas é importante destacar uma bibliografia fundamental: DE FELICE, Renzo. **Mussolini il fascista. La conquista del potere (1921-1925)**, Torino: Einaudi, 1996; DE FELICE, Renzo. **Mussolini il duce. Gli anni del consenso (1929-1936)**, Torino: Einaudi, 1996; BOSWORTH, Richard J.B., **Mussolini’s Italy. Life Under the Fascist Dictatorship (1915-1945)**, London: Penguin Books, 2007; BLINKHORN, Martin, **Mussolini e a Itália fascista**, São Paulo: Paz e Terra, 2010; CASSESE, Sabino, **Lo Stato fascista**, Bologna: Il Mulino, 2011; VIVARELLI, Roberto. **Fascismo e storia d’Italia**, Bologna: Il Mulino, 2012; ALBANESE, Giulia. **La marcia su Roma**, Roma-Bari: Laterza, 2014; GENTILE, Emilio. **Il mito dello Stato nuovo. Dal radicalismo nazionale al fascismo**, Roma-Bari: Laterza, 2015; MELIS, Guido. **La macchina imperfetta. Immagine e realtà dello Stato fascista**, Bologna: Il Mulino, 2018.



Na segunda metade do século XX vários historiadores tentaram resumir as características principais, e as categorizações fundamentais, que podem explicar os conteúdos autoritários do fascismo, com um foco importante sobre a dimensão totalitária que se tornou possível na nova proporção massificada do espaço político.

Destacando alguns conceitos básicos, trazidos a partir dos maiores conhecedores da temática no debate científico (GENTILE, 2013, p. 117-179) (DE FELICE; LEEDEN, 2019, p. 54-112) (GENTILE, 2020, p. 95-147), poderíamos tentar uma esquematização do fenômeno fascista.

Na sua *dimensão organizativa*, o fascismo pode ser definido como: um movimento de massa, com conotação interclassista (ou seja, a vontade de representar e envolver no jogo político todas as classes), mas no qual prevalecem, sobretudo, em termo de quadros executivos e proveniência dos militantes, jovens da classe média, raramente envolvidos antes na atividade política e que foram organizados na estrutura inédita de um “partido-milícia”.

A identidade fascista, pela aproximação ao nacionalismo militante – cuja prova fundamental foi representada pela *Grande Guerra*, o primeiro conflito mundial – baseou a própria identidade no sentido de “camaradagem”, numa “hierarquia natural” que não deveria desenvolver uma ação de luta de classe, quanto trabalhar em vista de um processo de regeneração nacional, que se torna possível por meio da perseguição dos opositores, do monopólio no poder político com o emprego da violência sistêmica, comprometendo-se com os grupos dominantes (a velha classe dirigente liberal, os grandes industriais) para criar um novo regime, esvaziando e destruindo a democracia parlamentar.

Na *dimensão cultural* do fascismo ficaram centrais: a) um sentido trágico e ativista da existência, concebida como uma manifestação da “vontade de poder” (típica da filosofia superhomística de Nietzsche), numa militarização e coletivização da política como modelo de vida; b) uma ideologia, que em nome da própria visão antissocialista, se proclamou contra o materialismo, antimarxista e populista; mas, pelo fato de contestar radicalmente as culturas precedentes, se apresentou também como antiliberal, antidemocrática, anti-individualista e anticapitalista, portadora de uma forma de “religião secular”, estabelecida em função do processo de criação, aculturação e socialização das massas para a formação de um ‘*homem novo*’; c) uma “concepção totalitária do primado da política como experiência integral e revolução contínua” (GENTILE, 2020, p. 143), em vista de uma perfeita fusão entre indivíduo e povo-massa como comunidade étnica e moral, respeito à qual aqueles que são considerados



externos e diferentes (no sentido da raça, da escolha política, da visão existencial) podem ser discriminados, perseguidos como verdadeiros inimigos da nação.

Na sua *dimensão institucional*, o fascismo desenvolveu: a) um aparato policial, em função de prevenção, controle e punição de dissidentes e opositores, com medidas que constroem um “estado de terror”; b) um partido único, com funções amplas como: assegurar, através de próprias milícias, a defesa armada do regime; organizar as massas no Estado totalitário, envolvendo-as numa mobilização permanente; utilizar todos os meios, começando nas mídias sociais, para implementar o mito da revolução permanente pela criação do “homem novo”; c) um sistema político, baseado na simbiose entre regime e Estado, aproveitando das estruturas estaduais para fortalecer a eficácia do projeto totalitário; d) uma organização corporativista da economia, que, preservando a propriedade privada e a divisão de classe, chega a suprimir a liberdade sindical, amplia a esfera de intervenção do Estado e cria uma consciência colaborativa entre as classes produtivas em vista do sucesso da revolução fascista; e) uma política exterior inspirada na busca da grandeza nacional, que tenha como principal inspiração o Império romano e como principais objetivos a expansão imperialista e a criação de uma nova civilização.

### **3 ENTRE IDEOLOGIA E ANACRONISMO**

A partir destes assuntos, que foram suficientemente debatidos e que constituem um bloco de fatos acertados, surge a necessidade de entender porque permanece na comunidade científica a ânsia de levantar, de vez em quando, o perigo de ressurgência do fascismo, ou de avaliar algumas posturas políticas e sociais – sobretudo nos governos de direita e extrema direita – como filhas de um renovado caminho rumo ao fascismo. Neste sentido De Felice é muito claro:

Io sono fermissimo nel ritenere che il fascismo sia un fenomeno che si può e si deve circoscrivere rigidamente, altrimenti non capiamo più niente: circoscrivere cronologicamente, fra le due guerre mondiali; circoscrivere geograficamente, in Europa, e sostanzialmente nell'Europa occidentale, cioè in quell'Europa che in qualche misura aveva subito un processo di liberalizzazione, di democratizzazione, che poteva essere più o meno avanzato a seconda dei paesi. E ancora, circoscrivere anche da un punto di vista sociale: il fascismo, nella sua fase di generazione e di



affermazione, è un fenomeno dei ceti medi (DE FELICE; LEEDEN, 2019, p. 113-114)<sup>6</sup>.

Esta afirmação, como lembrado em cima, contrasta com uma realidade acadêmica e, ainda mais, jornalística que continua utilizando o fascismo como um modelo atemporal. Desde a época da Guerra Fria até hoje, várias e contrastantes definições e teorias sobre a experiência fascista foram e são propostas, com o resultado de conduzi-las longe da sua dimensão originária, italiana e europeia (o nazismo se desenvolve olhando pelo fascismo; várias experiências autoritárias fizeram o mesmo, como por exemplo: o Partido das Flechas Cruzadas de Szalasi na Hungria, o Movimento Legionário ou das Guardas de Ferro do Codreanu na Romênia, o Salazarismo no Portugal, etc.), para uma dimensão mundial.

Experimentos diferentes foram definidos como “fascistas”: o regime de Juan Perón na Argentina, a República presidencial pós-guerra de Charles De Gaulle na França, a ditadura dos coronéis na Grécia, a presidência de Richard Nixon nos Estados Unidos, os regimes militares na América Latina; mas durante a polêmica política fortemente opositiva daquela temporada, também as democracias liberais e os próprios regimes comunistas passaram pelo mesmo “espelho fascista”.

Na linguagem política atual o termo *fascismo* é universalmente utilizado em sentido depreciativo, como sinônimo de realidades diferentes e distantes: direita, contrarrevolução, reação, conservadorismo, autoritarismo, corporativismo, nacionalismo, racismo, imperialismo, e o elenco poderia continuar. Esta postura, pela inflação do conceito de fascismo em sociedades divididas e fragmentadas como as atuais, caracterizadas por discussões superficiais e descontextualizadas, corre um duplice risco.

Por um lado, aquele de desistoricizar o fascismo, utilizando-o de forma instrumental na batalha política, para atribuir aos adversários intenções reacionárias e impulsos que têm o propósito de comprometer a vida democrática e o desenvolvimento social correto. Por outro lado, existe o risco de atribuir ao fascismo um aspecto universal e uma dimensão meta-histórica, como si ele pudesse manifestar-se em qualquer lugar e a qualquer momento, dando-lhe assim

---

<sup>6</sup> “Eu sou muito firme em acreditar que o fascismo é um fenômeno que pode e deve ser estritamente circunscrito, caso contrário não entendemos mais nada: circunscrito cronologicamente, entre as duas guerras mundiais; circunscrito geograficamente, na Europa, e essencialmente na Europa Ocidental, ou seja, naquela Europa que, em certa medida, passou por um processo de liberalização, de democratização, que poderia ter sido mais ou menos avançado de acordo com os países. E ainda, precisa circunscrever também de um ponto de vista social: o fascismo, em sua fase de geração e afirmação, é um fenômeno da classe média” (tradução nossa).



uma centralidade exagerada e desenvolvendo um verdadeiro anacronismo, que configura o fascismo fora do próprio contexto.

O resultado pode gerar tanto uma posição de superficialidade, em nome da qual a opinião pública se acostuma a escutar qualquer coisa, sem ter nenhuma capacidade e atitude crítica; quanto construir um medo excessivo, que poderia afetar o desenvolvimento democrático, qualificando como fascistas fatos ou pensamentos políticos que não poderiam ser avaliados nesta direção (FINCHELSTEIN, 2019).

Falar disso, portanto, não significa limitar o debate entre estudiosos, ou não permitir a proposta de leituras histórico-politológicas que poderiam qualificar recentes acontecimentos políticos ou desvios autoritários como tentativas de romper o caminho democrático em várias realidades do mundo. Significa apenas ressaltar que o fascismo histórico nasceu em determinadas condições (a Primeira Guerra Mundial, uma crise econômica, a fragilidade das instituições democráticas); que o risco de um ressurgimento do fascismo histórico pode ser considerado baixo, em quanto demasiados elementos seriam necessários para repropor o modelo ditatorial (quebradura da sociedade democrática; falta completa de divisão entre os poderes; miopia da classe dirigente; uma sociedade civil inexistente e sistematicamente calada).

No entanto, isto não significa que não sejam reais atitudes, referências históricas, declarações de pertença de intelectuais, movimentos políticos, associações que, para diversos fins, continuam olhando o fascismo e o nazismo como modelos, que se referem às palavras de Mussolini ou Hitler elogiando seus pensamento e ações como adequados para resolver os problemas da sociedade atual.

As nossas constituições, todas as nossas leis, o que chamamos de antifascismo, já se expressaram no processo de reconstrução democrática, fizeram seu caminho através de uma clara posição de condenação contra a discriminação, contra o racismo, contra a vontade de não reconhecer a igualdade e a liberdade como essenciais, para que cada país possa buscar sua própria posição internacional e reconhecer a história, os direitos e as necessidades dos outros. O risco de uma nova proposição do fascismo se manifesta quando tudo isso é esquecido.



#### 4 USOS E ABUSOS DO FASCISMO

O uso demasiado da palavra e do conceito *fascismo*, assim como o emprego do adjetivo *fascista* no contexto histórico que atravessamos, nos ratifica a importância desta problemática, apresentada, por ora, aos homens e mulheres do presente como objeto de reflexão.

Empreendendo uma breve análise histórica, sobre o uso e o emprego da categoria de fascismo e seus equivalentes em diversas línguas, constataremos que, desde fins da década de 1920, os termos já mencionados passaram a ser usados para designar e nomear outras experiências, que não, unicamente a italiana. Mais que nomear experiências, o adjetivo *fascista*, passou a ser empregado para apontar comportamentos políticos e sociais em nossos dias.

Sendo assim, o fascismo “deixava” de pertencer conceitual e unicamente à história da Itália, para se tornar também sinônimo de regimes autoritários, “bonapartistas”, ultranacionalistas, xenófobos, anticomunistas e racistas, e posteriormente, ditatoriais, como nos afirma o historiador belga-canadense Marc Angenot (2018, p. 247).

No período do entre Guerras, por exemplo, e no pós-Guerra, a palavra fascismo deixa de ser exclusivamente um conceito e categoria de análise da História, e torna-se uma palavra de uso público e político, desconfigurando em partes a ideia originária do próprio conceito de fascismo e da experiência italiana que ele abarcara e evoca (1922-1943).

No contexto da Guerra Fria esta palavra tornou-se um *estigma* político, uma arma discursiva e utilizada através do discurso, um enunciado de rotulação, que expressava e indicava vontades de *poder* e *saber* juntos, num contexto de disputa entre forças conflitantes (FOUCAULT, 2013). Tal afirmação nos convida a descartarmos a ingênua ideia de que *palavras* são apenas vocábulos a compor uma língua, como nos orienta o filósofo francês Michel Foucault (2014). A linguagem insinua e estabelece efeitos de sentido que extrapolam a sua literalidade.

A palavra nesta acepção não é, e nem pode ser, um simples e inocente vocábulo, porque “aqueles que detêm o poder estabelecem os registros de linguagem que definem e atribuem sentido a realidade, expressando o resultado de um enfrentamento de forças que tem lugar no plano das relações de poder” (PESAVENTO, 1999, p. 196). A palavra neste contexto e sentido, como integrante do jogo de *representações* que preenchem e atribuem sentido ao mundo, é tão importante quanto a luta econômica e bélica travada entre EUA e URSS, por exemplo.



Foi, também, por meio dos enunciados, dos discursos como armas, e de uma retórica do estigma, que o Ocidente capitalista lutou contra o Leste europeu comunista, e vice-versa. Ambas as partes, denominando-se *antifascistas* e acusando-se mutuamente de *fascistas*. Adjetivar o outro por meio da linguagem foi recurso utilizado, era mecanismo disponível.

Isso porque, “tudo começa na retórica, no discurso social, nas ideologias, dando nome às coisas, aos acontecimentos, aos grupos humanos. Entretanto, nada, nem na linguagem como tal, nem na relação de inteligência com o mundo, não proíbe indubitavelmente de criar entidades heterogêneas, distinções despropositadas e amálgamas falaciosas” (ANGENOT, 2018, p. 245).

Por isso, necessário é, refletirmos lucidamente sobre a cunhagem e o emprego destes termos, e sobre esta linguagem e/em seu contexto. No sentido de “buscar constantemente tornar explícito o implícito, trazer à luz pressuposições sobre as quais repousava a linguagem dos outros, rastrear e pôr em palavras implicações e insinuações que, no texto original, podem ter permanecido não-ditas, apontar convenções e regularidades que indiquem o que podia e o que não podia ser dito nesta linguagem, e que indiquem de que maneiras a linguagem *qua* paradigma favoreceu, impôs ou proibiu seus usuários de falar e pensar” (POCOCK, 2013, p. 34).

Há por meio e através da palavra uma guerra de narrativas, uma luta singular pelo nomear o que se está em processo, pelo o que se quer afirmar e legitimar como uma *verdade*. Para o que se quer *instituir* como verdade, ainda que não seja. Para o que se deseja fazer *lembrar* na história e em uma memória coletiva compartilhada, mesmo que seja uma farsa ou ilusão.

Sendo assim, “enquanto representação, partilham da aludida capacidade ‘mágica’ referida por Bourdieu e são capazes de contribuir para a existência da coisa nomeada, o que, por sua vez, gera e normatiza práticas e avaliações sobre a realidade” (PESAVENTO, 196). Daí a palavra ser força e arma poderosas.

No Ocidente, sobretudo, para as nações vencedoras, no pós Segunda Guerra Mundial não ser *fascista* era ser *anticomunista*; já para os comunistas do Leste europeu, ser antifascista era ser contra a dominação do capitalismo. Os russos, por exemplo, jamais aceitaram ser chamados de fascistas, porque alegavam sua luta junto às potências aliadas do Ocidente para aniquilar, já no fim da Guerra, os totalitarismos de Benito Mussolini e de Adolf Hitler. A guerra discursiva e de narrativas se fazia uma das armas desse jogo político, logo de poder, num mundo “bipolarizado” entre EUA e URSS.

De lá, até o momento em que nos encontramos, o termo fascismo nunca desapareceu como forma de designar experiências autoritárias experimentadas pelo mundo. Exemplo disso,



é o que fizeram alguns historiadores(as) latino-americanos(as), ao importarem o conceito italiano para tentar dar conta explicativa de suas respectivas realidades históricas.

Como exemplo podemos citar os casos do Brasil e da Argentina nas décadas de 1930 e 1940 (a Era Vargas no Brasil - 1930-1945, e o governo de Juan Perón na Argentina 1946-1955), do mesmo modo no período posterior, o das ditaduras militares na América do Sul, entre as décadas de 1960 e 1990.

Nesta segunda década do século XXI seu uso passou a ser recorrente, repetitivamente, suscitado, sobretudo, pelas novas contradições do tempo presente. No Brasil, pós golpe de 2016<sup>7</sup>, cognominado de *impeachment*<sup>8</sup> pelos detentores da palavra e de algumas narrativas, logo da pretensa *ordenação do mundo*, até o mandato atual do presidente da República, fascismo e fascista se tornaram palavras de ordem.

Palavras que, por vezes, pronunciadas sem reflexão, soam desprovidas de suas implicações políticas, históricas. Seja pela extrema direita brasileira, que se nega fascista, seja pelos segmentos de esquerdas e setores progressistas da sociedade, que acusam outros/as de fascistas!

Outro exemplo desta apropriação conceitual são os EUA, sob o mandato do presidente estadunidense Donald Trump, em que Jornais de diferentes matizes ideológicas cunharam o termo fascista e fascismo para pensar este momento da história dos Estados Unidos, bem como as ações e comportamentos de seu líder, eleito democraticamente em 2016.

Citamos como exemplo, matérias do *The New York Times*, *Washington Post*, *The Nation* e o *The New Republic*, veículos de comunicação estadunidenses com ideologias distintas, mas que, igualmente, se utilizaram da expressão fascista e fascismo em diversos momentos de suas publicações ao se referirem ao governo Trump.

---

<sup>7</sup> Entre *impeachment* e golpe há uma diferença abissal de sentidos. Sentidos não só ideológicos, mas de natureza jurídica e política. Mencionamos golpe, sobretudo, pelo conjunto das **provas** apresentadas durante e posterior ao Processo, que atestaram a inconsistência jurídica do chamado “*impeachment*” brasileiro de 2016, contra a experiência democrática no Brasil e o mandato legítimo da presidenta Dilma Rousseff. Constatou-se, e constata-se até os dias atuais a ausência do teor jurídico para a abertura do impedimento, constituindo-se assim como um golpe parlamentar, pois, foi idealizado e empreendido por motivações políticas e partidárias.

Ver artigo: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. O golpe de 2016: breve ensaio de história imediata sobre democracia e autoritarismo *in: História*, Rio Grande, 7 (2): 191-231, 2016. Ver: SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**: entenda como e porque você foi enganado. Rio de Janeiro: Leya, 2016. Ver também: ALMEIDA, Rodrigo de. **À sombra do poder**: bastidores da crise que derrubou Dilma Rousseff. São Paulo: Leya, 2016.

<sup>8</sup> “**Jucá** - Eu ontem fui muito claro. Eu só acho o seguinte: com *Dilma* não dá (...) **Machado** - Tem que ter um *impeachment*. **Jucá** - Tem que ter um *impeachment*. Não tem saída (...) Tem que resolver essa porra... Tem que mudar o governo pra poder *estancar essa sangria*. **Machado** - Rapaz, a solução mais fácil era botar o Michel [Temer] (...) É um acordo, botar o Michel, num *grande acordo nacional*. **Jucá** - **Com o Supremo, com tudo.**”



Para o historiador italiano Enzo Traverso, o uso da palavra fascismo neste contexto traz uma ambiguidade semântica: em primeiro lugar, a seu ver, porque quase ninguém discute/discutia abertamente sobre o que era/é o fascismo; segundo, porque mesmo a maioria dos observadores e estudiosos, reconhecendo as diferenças entre o fascismo clássico (o histórico, de Mussolini) e os fenômenos autoritários da contemporaneidade, essa constatação não impede a comparação e a evocação da experiência do entre Guerras.

Para o referido historiador, “em resumo, o conceito de fascismo parece ser inapropriado e indispensável para se compreender esta nova realidade. Portanto, chamarei o momento atual de um período de pós-fascismo” (TRAVERSO, 2019, p. 13). O termo *pós-fascismo* na sua compreensão torna-se mais adequado, embora não goze do mesmo *status* do conceito de fascismo, ele ajuda a descrever um fenômeno ainda em processo, em movimento, não cristalizado, definido e acabado. Esta compreensão de *pós-fascismo*, segundo o autor, enfatiza uma particularidade cronológica: o século XXI, bem como observa aspectos de transformação da ideia clássica e aspectos de sua continuidade, embora, ressignificados.

A palavra é sempre desafiante, do mesmo modo que o emprego de determinados conceitos, que podem não ser consensuais para definir uma mesma experiência histórica entre os historiadores e historiadoras. Há, contudo, outros autores e autoras, intelectuais, movimentos sociais e partidos políticos, que vêm utilizado o termo *neofascismo/neofascista* na tentativa de abarcar e nomear estas experiências autoritárias de inícios do século XXI espalhadas pelo mundo.

Um exemplo é o historiador Marc Angenot, para quem este termo teria surgido por volta da década de 1980 na França, relacionado à extrema direita neoliberal, encabeçada pela Frente Nacional Francesa, e até então vem sendo utilizado em vários contextos históricos do mundo.

Este tem sido um termo empregado com frequência no Brasil, seja por parte dos seus intelectuais, pensadores, historiadores, sociólogos e cientistas políticos, bem como por partidos políticos e suas respectivas militâncias. Neste termo-conceito reconhecem a presença da ideologia *clássica* do fascismo, e suas nuances contemporâneas, como a xenofobia ao imigrante, o negacionismo científico, o ultranacionalismo, um conservadorismo exacerbado constatado por meio de práticas e representações, ódio às identidades múltiplas, revisionismo histórico, hostilidade ao sistema parlamentar e às instituições democráticas do Estado de Direito, e como síntese desse conjunto, o ódio à democracia.



Para outros, como o filósofo italiano Paolo Flores D'Arcais (2011, p. 55 - 73), há o termo de *fascismo pós-moderno*, que poderia contribuir para o entendimento dos tempos atuais, visto que tal cunhagem compreende e aponta elementos característicos e peculiares do novo século XXI. Ao analisar a experiência italiana dos governos de Silvio Berlusconi como primeiro ministro, afirma que o “berlusconismo não é o fascismo, mas é o equivalente funcional e pós-moderno do fascismo” (D'ARCAIS, 2011, p. 55), visto que implicaria na destruição da democracia liberal nas condições do novo milênio, caracterizadas pelo domínio da imagem, da globalização das mercadorias e da manipulação irrestrita da verdade<sup>9</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o exposto, é perceptível que não há um consenso no meio acadêmico, e no campo da História, sobre um conceito único ou termo para designar estas experiências históricas que temos analisado, discutido, e, sobretudo, experimentado na contemporaneidade. E esta ausência de consenso desemboca no uso, por vezes, equivocado e anacrônico do termo *fascismo*, pois, sempre parte de sua ideia e compreensão clássicas.

Estes usos e abusos, quando não refletidos e empregados sem precisão, podem desconfigurar o conceito histórico de fascismo, e a experiência que ele abarca, que não é produto do senso comum, destarte, podendo não dá conta de elucidar e explicitar com clareza a realidade histórica a que se está tentando compreender, desvendar e desvelar, tornando-a inteligível aos humanos em sociedade.

Contudo, não nos preocupemos tanto, pois, como é sabido por muitos, alguns períodos históricos da humanidade como, por exemplo, a Idade Antiga e Média, a própria “pré-história”, só foram nomeados após suas existências e fins. Entretanto, como *nomear é dizer o mundo*, e mais, significá-lo, estamos sempre querendo e buscando palavras exatas e precisas para tal.

Nunca menos palavras, sempre mais palavras! Estamos continuamente querendo e buscando um conceito que em sua aplicação e evocação, dê conta de explicar e abarcar o todo que desejamos, ou partes deste todo que tomamos como objeto de análise, e objeto da ciência da História.

---

<sup>9</sup> Sobre “**manipulação irrestrita da verdade**” em nosso contexto histórico nacional e global, ver: AUGUSTO, Diogo Luiz Lima. Narrativa populista, pós-verdade, *fake-news* e desinformação: a democracia brasileira no século XXI. In: AUGUSTO, Diogo Luiz Lima; DE LIMA, Yago Felipe Campelo. (Orgs.) **Democracia brasileira em questão: enredos, conflitos e perspectivas**. Caruaru, PE: Editora Mnemosine, 2020.



Podemos nos questionar: será que algum conceito, por mais elaborado, rebuscado e preciso que seja, consegue dar conta da totalidade histórica, ou da complexa experiência de existir historicamente do humano? Não é nossa pretensão aqui responder. Pelo contrário, queremos deixar a problemática como provocação. Como um tema que suscite uma ulterior reflexão.

Essa busca parte, de alguma forma, da ingerência humana no mundo e sobre o mundo. Em seu contato permanente *com ele*. Na busca de tentar apreendê-lo, dominá-lo, defini-lo, expressando-o com e em palavras, mas, por ora ou outra, esbarramos na limitação de nossa *linguagem* (GAGNEBIN, 1997) para deliberar aspectos do vivido, e suas complexas questões. Em resumo: esta vontade de entendimento e explicação apresenta-se como um elemento do próprio viver.

Por enquanto, preocupemo-nos em combater pela História (FEBVRE, 1989) e pela cidadania crítica, toda e qualquer forma de autoritarismo que insista em (re)nascido no presente, (se é que um dia chegaram a morrer de fato), minando e matando as democracias no mundo. Não só a democracia como regime político, mas, sobretudo, como *forma de experimentar a vida* (BOBBIO, 2014) (FREIRE, 2018).

Que estejamos lúcidos e atentos à ascensão de quaisquer governos e experiências autoritárias, que não fortaleçam e preservem a vida humana, nossa experiência terrena do hoje; o que implica neste momento histórico que atravessamos, um combate também ao neoliberalismo, ou ultraliberalismo, aliados, ou irmãos siameses da extrema direita no mundo.

Na mesma medida em que nações sucumbem ao peso dos ditames do neoliberalismo, que hoje tem-se apresentado como uma porta aberta para experiências autoritárias em todo o mundo; outras, e por vezes, as mesmas, emergem da aparente letargia histórica em que se encontram, para a retomada dos princípios democráticos do Estado de Direito, da inclusão social, das liberdades e da garantia dos direitos conquistados historicamente mediante luta.

Esta dinamicidade da história, que anula a falsa ideia de história dada, pronta e acabada, história que “segue apenas seu curso natural”, nos traz alento e esperança para a escrita de uma “história nova”, como possibilidade/s. Pois, como nos faz pensar o filósofo brasileiro Paulo Freire (2019, 52), a esperança “é um condimento indispensável à experiência histórica. Sem ela, não haveria história, mas puro determinismo. Só há história onde há tempo problematizado, e não pré-dado”. E mais, “a inexorabilidade do futuro é a negação da história” e a morte das utopias (FREIRE, 2011, p. 70-71).



Este eterno *devoir* da história, este sempre *vir a ser* do mundo, é combustível para os humanos, pois lembra-nos que toda experiência nestes é construção e não *prescrição*. Não há história determinada, se não a que está no passado. Porque já foi. Já não pode ser mais. Já podemos escrever a história presente e futura de outras formas, pautada, sobretudo, em princípios democráticos e fraternos.

Daí que a democracia deve tornar-se uma fé entre nós, uma crença permanente, insistente, como pensou o filósofo italiano Norberto Bobbio. E como ele, nos perguntamos aqui: qual fé? “A fé na democracia”. Qual Democracia? “A democracia como ideal de igualdade e tarefa de justiça” (BOBBIO, 2014, p. 41).

E não há o que temer, pois, “quando se está do lado certo da história e se empunha uma bandeira justa, nunca se deve renunciar a uma boa luta, por mais difícil que ela seja.”<sup>10</sup> E assim, seguimos, repensando a democracia representativa liberal, que tem sido a nossa, em seus limites e possibilidades, bem como reescrevendo o Brasil e a história do mundo como possibilidade de esperança, liberdade e fraternidade entre os povos, para que nossa existência terrena seja menos difícil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGENOT, Marc. Fascismo, populismo: as utilizações contemporâneas de duas categorias políticas nas mídias. *EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n. 16, esp. Discurso e argumentação na política latino-americana, set. 2018.

ARENDDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um estudo sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

AUGUSTO, Diogo Luiz Lima; DE LIMA, Yago Felipe Campelo. (Orgs.) *Democracia brasileira em questão: enredos, conflitos e perspectivas*. Caruaru, PE: Editora Mnemosine, 2020.

BALDONI, Adalberto; GENNACCARI, Federico. *La traversata della destra. Dal Msi a Fratelli d'Italia e al governo Meloni*, Roma: Fergen, 2023.

---

<sup>10</sup>Fala da ex-presidenta do Brasil, Dilma Vana Rousseff, em 05 de julho de 2016, num mês anterior à consumação do golpe de 2016 no Brasil.



- BAUMAN, Zygmunt. *Medo líquido*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BLINKHORN, Martin. *Mussolini e a Itália fascista*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- BOBBIO, Norberto. *O Futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. 14ª Ed. Rio de Janeiro-São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- BOBBIO, Norberto. *Qual democracia?* São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- CASSESE, Sabino. *Lo stato fascista*. Bologna: Il Mulino, 2011.
- D'ARCAIS, Paolo Flores. *Fascismo e berlusconismo*. Revista *Novos Estudos*, v. 9, Nov. 2011.
- DE FELICE, Renzo. *Mussolini il rivoluzionario (1883-1920)*. Torino: Einaudi, 1996.
- DE FELICE, Renzo; LEDEEN, Michael A. *Intervista sul fascismo*. Roma-Bari: Laterza, 2019.
- DOS SANTOS, Fabio Luis Barbosa. *Uma história da onda progressista sul-americana (1996-2016)*. São Paulo: Elefante, 2018.
- FINCHELSTEIN, Federico. *Do fascismo ao populismo na história*. Lisboa: Edições 70, 2019.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 24. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014
- FOUCAULT, Michel. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2013.
- FREIRE, Paulo. *À sombra desta mangueira*. 12.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 70-71.
- GENTILE, Emilio. *Chi è fascista*. Roma-Bari: Laterza, 2019.
- GENTILE, Emilio. *E fu subito regime. Il fascismo e la marcia su Roma*. Roma-Bari: Laterza, 2012.
- GENTILE, Emilio. *Fascismo. Storia e interpretazioni*. Roma-Bari: Laterza, 2013.
- GENTILE, Emilio. *Le origini dell'ideologia fascista (1918-1925)*. Bologna: Il Mulino, 2011.
- HEINISCH, R., MASSETTI, E. & MAZZOLENI, O. *The People and the Nation. Populism and ethno-territorial politics in Europe*. London & New York: Routledge, 2020.
- LORENZ, A., ANDERS, L. H. (editors). *Illiberal Trends and Anti-EU Politics in East Central Europe*. London: Palgrave MacMillan, 2021.



PESAVENTO, Sandra Jatahy. Lugares malditos: a cidade do “outro” no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX). *Rev. Bras. Hist.* vol. 19 n. 37 São Paulo: Set. 1999.

POCOCK, John Agard. *Linguagens do ideário político*. 1.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

TRAVERSO, Enzo. Do Fascismo ao pós-fascismo. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*. Vol. 13, n. 2, 2019.

*Artigo recebido em:* 19/06/2024

*Artigo aprovado em:* 09/08/2024